

ASPECTOS JURÍDICOS X AMBIENTAIS DA MONOCULTURA DA CANA DE AÇÚCAR

Sílvia Cristina da Silva¹

Ricardo Alves Ferreira²

Laura Ferreira de Rezende Franco³

Luciel Henrique de Oliveira⁴

EIXO TEMÁTICO: Legislação e Direito Ambiental

FORMA DE APRESENTAÇÃO: Revisão sistemática integrativa

Resumo

Análise da produção científica dos últimos 10 anos, com o tema “Aspectos jurídicos x ambientais da monocultura da cana-de-açúcar”. Realizou-se uma revisão bibliográfica de literatura com os descritores: Monocultura da cana-de-açúcar, Riscos Socioambientais, Riscos Jurídicos, Sustentabilidade na Cana de Açúcar. As publicações descrevem a forma como ocorre a contradição entre aspectos jurídicos e ambientais da monocultura da cana-de-açúcar no Brasil, seus impactos sociais, econômicos e ambientais, sob os ideais do Desenvolvimento Sustentável.

Palavras Chave: Monocultura da cana-de-açúcar, Riscos Socioambientais, Riscos Jurídicos, Sustentabilidade na cana-de-açúcar.

ASPECTOS JURÍDICOS E AMBIENTAIS

Qualquer monocultura realizada de forma extensiva com um único vegetal provoca impactos socioambientais. No caso da produção de cana-de-açúcar, do plantio à colheita, impactos ambientais e sociais são enormes. (CONSELHO DE INFORMAÇÕES SOBRE BIOTECNOLOGIA, 2009). Em se tratando dos impactos socioambientais e jurídicos é possível demonstrar a punição nesses casos através da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente a condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente. (BRASIL, 2012). A função social e do aproveitamento racional e

¹Mestranda do Mestrado Interdisciplinar em Educação, Ambiente e Sociedade da UNIFAE; Bacharel em Direito, graduada pela UNIFEOP, Campus São João da Boa Vista – SP, Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Campos Elíseos (FCE), Campus Maringá – PR, email:silvinha_cris2007@.hotmail.com² Mestrando do Mestrado Interdisciplinar em Educação, Ambiente e Sociedade da UNIFAE; Engenheiro de Produção Mecânica pela UNIP; MBA em Gestão Industrial pela FGV, e-mail: ricardo.a.ferreira@bol.com.br

³Pós-doutora pelo Departamento de Ginecologia, Obstetrícia e Mastologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Professora do UNIFAE no Mestrado Interdisciplinar em Educação, Ambiente e Sociedade, email:laura@fae.br.

⁴Pós-Doutorado (2007) em Administração, na Área de Gestão Estratégica da Inovação, pelo Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação). Professor do UNIFAE no Mestrado Interdisciplinar em Educação, Ambiente e Sociedade, email: luciel@fae.br.

adequado do solo na indústria da monocultura que não é cumprida é punível através da desapropriação. (BRASIL, 1988). Nesse sentido, a garantia do direito da propriedade está amplamente subordinada ao cumprimento da função social, sob pena, em descumprimento desse encargo, de expor-se à desapropriação, sanção a que se refere o artigo 184 da Constituição Federal. NOGUEIRA ALMEIDA RATKE et al (2012).

O paralelo entre a crescente necessidade de recursos energéticos e as preocupações de impactos ambientais, vem gerando grande desenvolvimento e uma verdadeira revolução nos conceitos dentro da monocultura da cana de açúcar. (CONAMA, 1986). A produção da bioeletricidade, cada vez mais vem se apresentando não só como uma forma ecológica e sustentável para utilização dos resíduos da produção de álcool e açúcar, mas também como boa fonte de renda para as indústrias. Além do grande ganho estabelecido pelas indústrias através da geração da bioeletricidade, temos a oportunidade de cada vez mais estarmos próximos de utilizarmos essa energia nas nossas próprias casas. (CASTRO; DANTAS, 2008).

MÉTODO

O artigo é um estudo de revisão bibliográfica da literatura, utilizado para buscar anuência a respeito da temática específica e adensar o conhecimento da área por intermédio da formulação de uma pergunta, identificação, seleção e avaliação crítica de estudos científicos nas bases de dados eletrônicas: qual é o conhecimento científico já produzido, no Brasil, a respeito do impacto dos riscos socioambientais e jurídicos na indústria da monocultura da cana de açúcar?

RESULTADOS

Realizou-se através das bases eletrônicas Portal de Periódicos Capes/MEC e Scientific Electronic Library Online (SciELO) a busca por artigos científicos publicados no período de 01/07/2007 ao dia 01/07/2017. Após isso, selecionados filtros para refinamento das pesquisas sendo a área do conhecimento, Ciências Sociais Aplicadas, e sub área, Desenvolvimento Sustentável. Foram selecionados 60 artigos, lidos e classificados. Após a avaliação crítica, escolhidos 18 artigos para a leitura integral e elaboração do presente artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos artigos selecionados deixa patente a contradição dos aspectos jurídicos e ambientais da indústria da monocultura das cidades brasileiras.

É bem possível a intervenção do Estado para fazer cumprir, em caráter especial, o cumprimento do que está elencado nos incisos I a IV, do art. 186, da Constituição Federal. (BRASIL, 1988). Através de políticas públicas a monocultura da cana-de-açúcar, vem acompanhando as necessidades de acréscimos de produção devida ao aumento das demandas por energias limpas e renováveis, não deixando de lado toda a preocupação com a utilização dos recursos hídricos nos processos produtivos de transformação da matéria prima em energia, bem como cuidando e agregando valor a aquilo que lhe resta no processo produtivo como resíduo, no caso o bagaço, e

transformando em energia para sua própria utilização e até eventuais vendas com geração de receitas na produção. (ASSIS, ZUCARELLI e ORTIZ 2007).

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. J. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. Revista INTERFACEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, 2006.
- ASSIS, Wendell Ficher Teixeira; ZUCARELLI, Marcos Cristiano; ORTIZ, Lúcia Schild. Despoluindo incertezas: Impactos locais da expansão das monoculturas energéticas no Brasil e replicabilidade de modelos sustentáveis de produção e uso de biocombustíveis. Fev./2007.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso: 26 de junho 2017.
- CABRINI MAURO, Carla; SILVEIRA BOTA FERRANTE; Vera Lúcia, ABDO ARBEX, Marcos; RIBEIRO, Maria Lúcia, MAGNANI, Romeu. Queimadas e saúde: relação entre faltas escolares e incidência das queimadas da cana-de-açúcar. Rev. Saúde Pública vol.49, São Paulo, 2015 Epub 28-Abr-2015.
- Mazzilli, Hugo Nigro em. A defesa dos Interesses Difusos em Juízo, 20ª edição. Editora Saraiva. 2007.
- NOGUEIRA ALMEIDA RATKE, Bruna, BELAIDI, Rabah. A Função Social Do Imóvel Rural e a Monocultura Da Cana-De-Açúcar. Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado de Goiás, ISSN-e 2316-1957, Nº. 2, 2012, págs. 203-234.
- SHIMADA, Shiziele de Oliveira. Subsistência do trabalhador do corte da cana no agronegócio canavieiro. Mercator (Fortaleza) vol.13 no.2 Fortaleza May/Aug. 2014.